

ATA Nº 09/2022, DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECUPERAÇÃO DOS BENS AMBIENTAIS LESADOS (CRBAL)

No dia 22/02/2022, às 14h, conforme convocação via e-mail efetuada dentro do prazo regimental, reuniram-se em evento virtual, sob a presidência do primeiro, os conselheiros Márcio Fernando Nunes, secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo; Norberto Ortigara, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; José Volnei Bisognin (Presidente em exercício do Instituto Água e Terra); Nelson Luiz Gomez, presidente do Instituto de Engenharia do Paraná; Marcos Domakoski, presidente do Movimento Pró-Paraná; Leticia Ferreira da Silva, Procuradora Geral do Estado; e Maurício Kalache, coordenador da área de defesa do patrimônio Público do Ministério Público do Paraná, representando o procurador-geral da Justiça, Gilberto Giacoia.

O presidente Marcio Nunes tomou a palavra e fez uma breve prestação de contas acerca dos programas já aprovados por este Conselho. Informou que os caminhões e demais equipamentos da Patrulha Ambiental já passaram por registro de preços, que os respectivos valores já foram empenhados e que o pagamento será efetuado após a entrega dos bens. Sobre o controle de erosão, informou que a dotação orçamentaria também já está realizada, e que o empenho será realizado mediante apresentação dos projetos. Sobre os parques urbanos, informou que 98 municípios já apresentaram seus projetos executivos cumprindo todos os requisitos exigidos. Em relação à relocação de famílias, 40 famílias serão realizadas em Santa Isabel do Ivaí, famílias que serão retiradas da beira do rio, região de risco, onde a área será transformada em um parque. Em relação as estradas rurais, os projetos estão sendo finalizados e juridicamente está sendo estudado qual é a melhor forma para operacionalizar, pois os empenhos devem ser feitos e contratados pelo IAT e após a Seab e a Seil seriam os órgãos fiscalizadores. Em relação aos recursos do Corpo de Bombeiros, o órgão está finalizando seu plano de aplicação. Sobre o Água no Campo, disse que são 550 poços artesianos para 245 municípios também em fase de contratação, podendo ocorrer alguma mudança de município caso não apresente toda documentação exigida. Sobre o projeto do Batalhão Ambiental, este também está sendo finalizado o plano de aplicação. Sobre o programa Pró-Fauna, que abrange a criação de 6 centros na faixa de R\$ 5 milhões cada um, o presidente informou que há um problema pois há o entendimento de que essas

unidades precisam ser licenciadas previamente, o que poderia atrasar a entrega, motivo pelo qual o programa será reestudado. Em relação ao Monitora Paraná, do Simepar, o plano de aplicação também está em fase de finalização, bem como o Inova Paraná.

O quórum foi conferido pelo secretário executivo do Conselho, Eugênio Stefanelo, que registrou a presença dos conselheiros, ressaltando que o conselheiro Maurício Kalache não exerce o direito de voto, conforme já registrado em atas anteriores.

Também informou que a ata da reunião anterior (sétima reunião extraordinária) já foi aprovada e assinada virtualmente pelos conselheiros, após ser encaminhada para apreciação e correção, e já está publicada no site de SEDEST, o que dispensa a leitura da mesma, o que foi aprovado pelos participantes de forma unânime. Em seguida, o presidente Marcio Nunes fez a leitura da Ordem do Dia:

1. Discussão e votação da aderência das fichas técnicas dos programas e projetos:

1.1 Parques Paraná: Estruturação e Implementação das Unidades de Conservação (aderente ao item 4.2.1);

1.2 Parques Paraná: Estruturação e Implementação de Infraestruturas Náuticas (aderente ao item 4.2.2);

1.3 Paraná Mais Verde: Viveiros Socioambientais (aderente ao item 4.2.2);

1.4 Paraná Mais Verde: Viveiros Florestais e Laboratório de Sementes (aderente ao item 4.2.1);

1.5 Fiscalização Ambiental: Reaparelhamento da Fiscalização Ambiental (aderente aos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3 e 4.2.4);

1.6 Fiscalização Ambiental: Fiscalização Ambiental em Unidades de Conservação e Corredores Ecológicos (aderente ao item 4.2.2).

2. Apreciação da minuta do “Manual Básico Orientativo para Apresentação de Projetos Destinados à Promoção da Recuperação, Conservação e Preservação do Meio Ambiente”, através de editais de chamamento público, após análise das propostas de alteração recebidas da Sociedade Civil Organizada e da equipe da Procuradoria Geral do Estado.

3. Assuntos gerais

3.1 Discussão e votação da aderência e dos planos de aplicação dos programas apresentados pela prefeitura de Araucária, vinculados ao item 4.2.3:

3.1.1 Criação e instrumentalização de unidades de conservação em Araucária.

3.1.2 Unidades de conservação em Araucária - Planejamento e implantação de infraestrutura em UCs

3.1.3 Unidades de conservação em Araucária – Fomento da interpretação Ambiental no município de Araucária

3.1.4 Revitalização da drenagem urbana no município de Araucária

3.2 Contingenciamento dos recursos do FDD

3.2.1 Alteração do Plano de Aplicação do Projeto Água no Campo – item 4.2.2 aprovado em 19/01/2022, ata número 8, referente à 7 reunião. Item 11 – Metodologia para Execução Financeira

O presidente sugeriu uma inversão na ordem do dia, com relação ao item 3.2.1, que trata do Plano de Aplicação do projeto Água no Campo. Sugeriu uma mudança na redação: onde se lê “os municípios que apresentarem disponibilidade financeira para construção de casa H, implantação da rede de adução, contratação de empresa especializada para a instalação da bomba, quadro de comando, implantação de distribuição”, após a vírgula estamos inserindo o texto “podendo buscar parcerias para essa execução”, como por exemplo com a Sanepar ou outras instituições para que possam executar o serviço. A alteração foi aprovada por unanimidade.

Em seguida passou-se a discutir o primeiro item da Ordem do Dia: “Discussão e votação da aderência das fichas técnicas dos programas e projetos, pela ordem apresentada anteriormente.”

O diretor da Sedest/IAT Rafael Andreguetto apresentou o programa Estruturação e Implementação das Unidades de Conservação (aderente ao item 4.2.1) e Parques Paraná: Estruturação e Implementação de Infraestruturas Náuticas (aderente ao item 4.2.2), e explicou que as unidades de conservação e parques estaduais são impactados pela ausência de infraestrutura atual, seja para uso público como para tratamento adequado de resíduos. Informou que todas as fichas técnicas são vinculadas às unidades de conservação do estado, diante dos impactos existentes pela atual ausência de infraestrutura. O presidente complementou informando que é preciso ter locais como trapiches ou píeres para que os barcos possam atracar, permitindo assim a entrada e a saída de turistas e de materiais, bem como para a correta destinação do lixo. Andreguetto lembrou ainda que o acesso às unidades de conservação por um ponto oficial facilita também a fiscalização, pois com a ausência

destes há acesso irregular por qualquer ponto das ilhas, provocando degradação das margens.

O conselheiro Marcos Domakoski perguntou sobre a aplicabilidade na baía de Guaratuba. Andreguetto lembrou que são duas estruturas no Parque Estadual do Boguaçu, no rio do mesmo nome, e em Cabaraquara, no parque Saint Hilaire Lange. Nas baías de Paranaguá e Guaraqueçaba são 32 estruturas previstas, em todas as comunidades como Barbados, Superagui, Ilha Rasa, locais que hoje tem resíduos sólidos acumulados por falta de estrutura para sua retirada. Mais 16 estruturas também estão previstas para o rio Paraná, de Guaíra a Diamante do Norte. Informou também que já alguns projetos prontos para avaliação, como é o caso de Guaraqueçaba.

O conselheiro Marcos Domakoski disse conhecer bem as regiões do Boguaçu e de Saint Hilaire, que as alternativas certamente vão contribuir. Prosseguiu alegando que é preciso haver outra alternativa para acesso à Baía de Guaratuba via Caiobá, mesmo numa emergência. E que a estrutura de Saint Hilaire possa desafogar esse fluxo.

A conselheira Leticia Ferreira da Silva tomou a palavra e questionou sobre a correlação deste projeto com o item 4.2.1, que trata dos corredores ecológicos, bem como o projeto dos viveiros. O presidente Marcio Nunes lembra que é preciso ter acesso para fiscalizar, pois os ladrões de palmito e desmatadores não precisam de um ponto de embarque. E que também esses pontos permitirão a promoção do turismo sustentável. O diretor Rafael Andreguetto lembrou que são 48 estruturas náuticas e que todas estão localizadas em áreas de conservação de proteção integral, e que as respectivas áreas onde estão localizadas constituem um mosaico de unidades de conservação federais e estaduais sobrepostas, geridas por um Conselho Gestor formado pelo ICMBio e pelo IAT, e que as estruturas estão previstas nos respectivos planos de manejo dessas unidades. Lembrou que no ponto de vista de conservação ambiental a falta de infraestrutura dificulta o acesso a essas áreas (que tem moradias de comunidades tradicionais, pescadores, ribeirinhos), deixando-as isoladas, e que o lixo produzido fique no interior da baía, causando dano ambiental. Além do que, prosseguiu, o turismo se não for ordenado pode causar também danos ao meio ambiente, bem como a caça e a pesca predatória. E lembrou que os projetos preveem todos os requisitos exigidos pelo item 4.2.1, e que o conceito de

desenvolvimento sustentável aplicado no Paraná é o conceito da proteção à natureza.

O presidente Marcio Nunes lembrou que em sua opinião este é o projeto que mais tem adesão ao item 4.2.1, mas que se a decisão for por retirar de pauta para melhor discussão não haveria problema. O conselheiro José Volnei Bisognin, presidente em exercício do IAT, também opinou pela aderência total do programa ao item 4.2.1.

O diretor José Luiz Scroccaro do IAT tomou a palavra reforçando que há uma dispersão do controle destas áreas de preservação se não houver um ponto de entrada e saída, além do que serem fundamentais para retirada de produtos que são indesejáveis dentro da área de preservação. Que este ponto é fundamental para que haja o controle das entradas e saídas de pessoas e materiais. É também, prosseguiu, uma segurança para as equipes de fiscalização.

Após os debates, o presidente Marcio Nunes retirou os projetos de pauta para que o tema possa ser melhor aprofundado entre os conselheiros e o corpo técnico da Sedets/IAT.

Em seguida, discutiu-se a adesão dos itens Paraná Mais Verde: Viveiros Socioambientais (aderente ao item 4.2.2); Paraná Mais Verde: Viveiros Florestais e Laboratório de Sementes (aderente ao item 4.2.1). O diretor Rafael Andreguetto explicou que se trata da produção de sementes e mudas de espécies nativas para reflorestamento, que 10 viveiros já estão dentro de unidades de conservação, que a intenção é ter viveiros dentro de todas as unidades de conservação e de proteção integral, e que a produção de espécies nativas obtida serve para reflorestamento das unidades de conservação e corredores ecológicos. E que os recursos são para recuperar, reestruturar e melhorar as 19 estruturas já existentes, não havendo a construção de novos viveiros. O conselheiro José Volnei Bisognin lembrou que as sementes florestais exigem que haja toda uma escolha de espécies e de matrizes, que os laboratórios já têm o mapeamento de matrizes em todo o estado, que fazem uma seleção importante para abastecer todo o Paraná com sementes nativas, e que também não são encontradas para venda – como peroba, por exemplo. Por isso o estado precisa ter essas matrizes e sua coleta particular.

Após os debates, o presidente Marcio Nunes retirou estes projetos de pauta para que o tema possa ser melhor aprofundado entre os conselheiros e o corpo técnico da Sedets/IAT.

O conselheiro Maurício Kalache tomou a palavra e explicou que são 2 projetos, um sobre viveiros e laboratórios de sementes para reflorestamento e o outro versa sobre laboratórios socioambientais, com objetivo de educação ambiental com crianças das Apaes, e que a dúvida seria apenas sobre a adesão ao item 4.2.1. A conselheira Letícia Ferreira da Silva prosseguiu dizendo que em relação ao item 4.2.2 não há dúvidas sobre a adesão, mas que de acordo com a explicação do diretor Rafael Andreguetto os viveiros já estão dentro de unidades de conservação, e que então, com os esclarecimentos, o assunto pode ser votado nesta reunião.

Após os debates, o presidente Marcio Nunes, que tinha sugerido a retirada de pauta dos projetos, atendendo ao pedido dos conselheiros, retornou a pauta os dois temas, que foram colocados em votação. Tendo sido aprovada por unanimidade a adesão dos 2 itens.

Passou-se a discorrer então sobre os itens 1.5 (Fiscalização Ambiental: Reaparelhamento da Fiscalização Ambiental - aderente aos itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3 e 4.2.4); e 1.6 (Fiscalização Ambiental: Fiscalização Ambiental em Unidades de Conservação e Corredores Ecológicos - aderente ao item 4.2.2). As fichas foram apresentadas pelo conselheiro José Volnei Bisognin. O presidente em exercício do IAT explicou que a cada ano no Paraná são cerca de 40 mil licenciamentos emitidos, e que cada um desses precisa ser fiscalizado. Também, as divisas com Paraguai, Argentina e outros Estados como o Mato Grosso do Sul facilitam crimes ambientais como o tráfico de animais. E que atualmente a tecnologia é fundamental para aumentar a eficiência da área de fiscalização. Defendendo, assim, a adesão dos projetos. Volnei convocou o servidor Álvaro Cesar de Góes, do setor de Fiscalização, para se pronunciar. O servidor disse que o Paraná é o estado que mais licencia e o que mais precisa de fiscalização. E que se sente muito à vontade para afirmar que os projetos são aderentes ao acordo judicial. É preciso, defende, a aquisição de veículos, drones e helicópteros, para chegar a lugares de difícil acesso da forma mais rápida possível. E que a compra de helicóptero seria fundamental, pois a locação é extremamente onerosa, e muito mais cara no longo prazo. Álvaro contou que em 2020 5 mil autos de infração ambiental

foram emitidos, e que em 2021 o número saltou para 6.120 autos de infração ambiental.

O presidente Marcio Nunes lembrou que estados como São Paulo tem 6 helicópteros para este fim. Que a locação custa R\$ 6 mil reais a hora voada; e que o contrato em vigor no IAT prevê 40 horas por mês, totalizando R\$ 240 mil por mês – ou seja, quase R\$ 3 milhões por ano (valor com o qual é possível adquirir um helicóptero). Informou ainda que os pilotos já são servidores estaduais, do Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas – BPMOA.

O conselheiro Norberto Ortigara afirmou que nada mais justo do que o estado do Paraná, que foi lesado pelo acidente que gerou a ação civil, possa reforçar a fiscalização ambiental. Mas que fica em dúvidas em relação à aquisição de helicóptero. Que a aeronave permite maior mobilidade, mas que há custos pesados de manutenção. E que se sente desconfortável em deliberar, agora, a aquisição desse equipamento, mas que embarcações, drones e outros equipamentos seriam mais cabíveis.

O conselheiro Nelson Gomez compartilhou da preocupação do colega Ortigara, e demonstrou ressalvas em relação à aquisição do helicóptero. Argumentou que já existem atualmente drones com autonomia de mais de 800 quilômetros de voo, e que um conjunto de equipamentos pode ser mais eficiente do que uma aeronave. Explicou que esta foi a opinião da câmara técnica do Instituto de Engenharia do Paraná. Prosseguiu ressaltando a importância da fiscalização ambiental, que concorda com os investimentos maciços na área pois no Brasil a fiscalização é uma necessidade imperiosa. Opinou pela aderência, com exceção da aquisição do helicóptero.

O presidente Marcio Nunes lembrou que os drones não transportam pessoas, e que a vantagem do helicóptero é promover o flagrante imediatamente por fiscais do estado. E sugeriu que se vote apenas a aderência dos projetos, e que no momento da apresentação dos planos de trabalho, de aplicação, os custos sejam apresentados e os equipamentos e materiais a serem comprados entrem em votação com suas especificações.

Colocou então em discussão a aderência dos projetos, excluindo-se os planos de aplicação (assim como nos casos dos itens anteriores votados nessa reunião). A aderência foi aprovada por unanimidade.

Para se evitar dúvidas, o presidente colocou em votação a retirada total dos planos de trabalho, de aplicação, dos itens votados nesta reunião, tendo sido aprovado por unanimidade.

O conselheiro Maurício Kalache sugeriu alterar a Ordem do Dia, para que primeiro sejam apresentados os projetos do município de Araucária e por fim seja analisada a minuta do Manual Básico Orientativo para Apresentação de Projetos Destinados à Promoção da Recuperação, Conservação e Preservação do Meio Ambiente. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Assim sendo, o presidente concedeu a palavra ao Procurador Geral de Araucária Simon Gustavo Caldas de Quadros. Ele iniciou sua explanação lembrando que a cidade é responsável por 10% da arrecadação tributária do estado, mas que é muito difícil lidar com as grandes indústrias instaladas no município, via de regra grandes poluidores, que estão instaladas às margens de rios.

Ele pediu a retirada de três planos da pauta, mas pediu a manutenção da análise do CRBAL sobre a criação e implantação do Parque Natural do Iguaçu (item 3.1.4). Que a cota parte de Araucária custearia essa obra. O Procurador Geral em seguida mostrou aos conselheiros um vídeo explicativo sobre o projeto, que foi criado pela Comec, revisado pela Sanepar e doado ao município de Araucária. É um parque de drenagem nas margens do Rio Iguaçu, prosseguiu, que fará parte do grande projeto da Reserva Hídrica do Iguaçu.

O presidente Marcio Nunes apresentou algumas dúvidas: primeiro sobre a desapropriação de áreas, e depois em relação a um financiamento da Caixa Econômica feito pelo governo do estado, que repassou uma carta de crédito de R\$ 11 milhões ao município; e se o projeto executivo já está finalizado – o que teria sido o motivo da não utilização da carta de crédito da CEF. O procurador explicou que o projeto executivo já está finalizado, pronto para ser licitado e que a desapropriação está incluída no custo do projeto. O diretor José Luiz Scroccaro informou que por orientação da Secretaria da Fazenda os recursos do financiamento da CEF não podem ser utilizados para essa obra.

O conselheiro Nelson Gomez tomou a palavra e comentou sobre os projetos retirados de pauta; que estranhou a relação entre os custos de projeto e a parte de execução; que o percentual alocado para projetos é muito significativo, em torno de 40%, e que precisaria ser

justificado. O conselheiro Marcos Domakoski complementou, informando que via de regra os projetos têm um custo aproximado de 10% da obra.

Em seguida, o presidente informou que todos os itens serão colocados em votação na próxima reunião do CRBAL.

Na sequência, passou-se a discutir o item 2 da Ordem do Dia: “Apreciação da minuta do Manual Básico Orientativo para Apresentação de Projetos Destinados à Promoção da Recuperação, Conservação e Preservação do Meio Ambiente”, através de editais de chamamento público, após análise das propostas de alteração recebidas da Sociedade Civil Organizada e da equipe da Procuradoria Geral do Estado.

A dra. Edneia Ribeiro Alkamin, da Assessoria Jurídica/SEDEST, explicou que após a convocação da sociedade civil para se manifestar acerca do manual, foram recebidas várias sugestões pelo e-mail do CRBAL e muitas delas geraram alterações no documento.

Ela explicou que se trata de um manual básico orientativo, como orientou a Procuradoria, e não normativo. E que o documento não se refere apenas ao acordo com a Petrobras, mas valerá para todos os recursos que podem advir de condenações civis públicas que gerem recursos para o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA).

Também na primeira versão do documento havia vários anexos com formulários, mas todos eles estarão contemplados nos editais de chamamento, portanto não precisam constar do manual.

Os conselheiros discutiram sobre os artigos do manual, fazendo observações sobre o texto.

O presidente Marcio Nunes lembrou que a intenção é que o edital seja o mais amplo possível, a fim de possibilitar que boas ideias possam chegar ao Conselho para deliberação.

Em seguida o secretário executivo Eugenio Stefanelo colocou em votação a minuta do Manual Básico Orientativo para Apresentação de Projetos Destinados à Promoção da Recuperação, Conservação e Preservação do Meio Ambiente, tendo sido aprovada por unanimidade.

O presidente passou ao item 3.2: Contingenciamento dos recursos do FDD. Prosseguiu lembrando que encaminhou ofícios ao Ministério Público, Ministério Público Federal, senadores da bancada paranaense e ao líder do governo na Câmara Federal, no sentido de que se este desastre aconteceu no Paraná, os recursos deveriam ser aplicados aqui no próprio estado. O conselheiro Nelson Gomez disse que o acordo judicial estipula que os recursos do FDD devem ser aplicados preferencialmente no estado onde ocorreu o dano. O diretor Eder Stela lembrou que o item 4.1 acordo estipula que precisa ser aplicado exclusivamente na área ambiental. Já a dra. Edineia, que o item 3.4 do acordo aborda sobre o contingenciamento dos recursos referente ao item 4.2.

O presidente informou que o CRBAL encaminhará ofício ao FDD para que uma das instituições não governamentais que compõe o conselho sejam do Paraná.

Por fim, o presidente abriu a palavra livre aos conselheiros.

Sem mais considerações, o presidente Marcio Nunes encerrou a reunião às 17h45 e convocou a próxima reunião ordinária dentro de 15 dias a contar desta data.